

O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: A “VOCAÇÃO PEDAGÓGICA” DO CORREIO BRAZILIENSE

Marcília Rosa Periotto
Universidade Estadual de Maringá -UEM

Resumo: O artigo trata da ativa participação da imprensa brasileira, no fim do período colonial, enquanto instrumento educativo no processo de construção da nação. A estreita vinculação que a imprensa manteve com a educação caracteriza-a como aspecto formativo, reafirmando que a imprensa traz conteúdos de relações sociais e da universalidade do pensamento burguês em sua fase liberal. O estudo aborda os escritos de Hipólito José da Costa no jornal Correio Braziliense e de outros jornalistas em diversos meios da imprensa da época.

Palavras-chave: *Educação; imprensa brasileira; Hipólito José da Costa; Jornal Correio Braziliense*

Abstract: This article deals with the active participation of the Brazilian press, in the end of the colonial period, while educational instrument in the nation construction process. The narrow link that the press kept with the education characterizes it as a shaping aspect, reaffirming that the press brings contents of social relations and the universality of the bourgeois thinking in its liberal phase. The study also deals with the writings of Hipólito Jose da Costa in the periodical Correio Braziliense and other journalists in diverse ways of press of the period.

Key words: *Education, Brazilian press, Hipolito Jose da Costa, Correio Newspaper.*

Um das lacunas a ser preenchida no campo da historiografia educacional brasileira diz respeito à ativa participação da imprensa enquanto instrumento educativo no processo de construção da nação, observado mais enfaticamente a partir da vinda da Família Real para o Brasil. O papel desempenhado por ela no século XIX tem sido, desde há algum tempo, objeto de análises as mais variadas. No entanto, a estreita vinculação que manteve com a educação faz por merecer estudos mais aprofundados, que possam dar mais visibilidade aos meios adotados por uma época que trazia aos homens questões vitais à continuidade de suas vidas e, especificamente, de seus interesses.

Este estudo, ao tratar dos aspectos formativos presentes na imprensa brasileira, busca reafirmar o entendimento que se tem de que educar é tarefa de toda uma sociedade e

se realiza através dos meios por ela criados e disponibilizados. Portanto, as idéias veiculadas pela imprensa e lançadas à luz do dia naquele início de século serão consideradas aqui como frutos de uma relação social que não se encerra em termos de Brasil, mas são, antes de tudo, resultados do movimento da história mundial que tornam evidente a universalidade do pensamento burguês, mesmo quando, no decorrer da análise, se privilegiem as especificidades locais.

A análise do pensamento exposto por Hipólito José da Costa no jornal *Correio Braziliense* entre os anos de 1808 a 1822, visa vincular a produção de suas idéias frente a um momento decisivo para a história do Brasil - fim da sua condição de colônia a país independente - e, principalmente, tenta apreender o sentido profundamente educativo que tais idéias lograram possuir quando assimiladas pelos nacionais no contexto de luta pela afirmação da idéia de nação. No dizer de Lustosa (2000:16) “*Foi um momento extremamente vibrante, onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história. Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos*”.

A partir do momento em que D. João VI permitiu a instalação da imprensa através da Carta Régia de 1808, dezenas de jornais e folhas proliferaram quase sempre com o objetivo de participar do jogo político que envolvia os interesses reinóis na colônia elevada a Reino Unido. Martins (1978:29) anota que, “*com esse ato, a tipografia, a edição e o jornalismo fizeram a sua entrada simultânea em nosso país; o ritmo de produção, a variedade de títulos e a matéria escolhida são um índice extraordinário da bulimia cultural e intelectual do período*”.

A estadia da Família Real e da corte portuguesa em território brasileiro contribuiu sobremaneira para a instalação de um clima político permanentemente à beira da explosão. Os jornais, por sua vez, funcionavam como expediente para o inflamado debate levado pelas partes em contenda, em particular por aqueles contrários ao governo real, que embora estabelecido no Brasil, agia contra seus interesses ao apenas manter os velhos privilégios.

Embora esse fosse o papel melhor desempenhado pela imprensa à época, sua existência não se resumia somente na ação político-partidária. Espalhar luzes, vulgarizar a instrução, disseminar idéias úteis, etc, compuseram o rosário de intenções que vicejavam ao redor das prensas finalmente libertas do jugo da Metrópole.

Esse compromisso, existente em grande parte naqueles envolvidos diretamente com a construção da sociedade brasileira, também é verificado no discurso de Bernardo Pereira de Vasconcellos proferido em 30 de dezembro de 1827, quando este defendeu a imprensa perante os eleitores de Minas Gerais:

Um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros da sociedade é a liberdade de imprensa. A experiência das nações cultas demonstra com evidência esta verdade. Como poderia uma nação chegar ao conhecimento do bom ou mau procedimento de seus servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa? As informações raras vezes são exatas quando os informantes não temem a pública censura. E como se obteria o conhecimento dos fatos de que se pede informação, se a imprensa não os publicasse? Demais, é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis. (VASCONCELLOS, 1978: 92)

Outro jornal, *O Paulista*, fundado em 1823 por Antonio Mariano Azevedo Marques, reforça em suas páginas a afirmação de Vasconcellos de que a imprensa se fadava a propagar “luzes”: “*Como desgraçadamente não tem sido possível à província de São Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias num país livre, é mister lançar mão do único meio que nos resta*”. (apud BAHIA, 1990: 41). Seu jornal alcançava as ruas inteiramente manuscrito.

A propagação dos *conhecimentos úteis* naquele começo de século tornara-se questão cara aos defensores do progresso. Na tradição do movimento das luzes que irradiara pela Europa, os brasileiros que lutavam pela inclusão do país na “*rota da civilização*” viam na imprensa o caminho mais fecundo para a instrução do povo sobre os benefícios resultantes do desenvolvimento da ciência e daquelas matérias que viessem enriquecer o espírito dos homens. Era, na verdade, a luta contra a ignorância que comprometia qualquer tentativa de elevar as condições de vida dos brasileiros nos moldes em que se realizavam na Europa.¹

Segundo Lustosa:

Era um mundo em transformação, onde o ministro se aliava ao condottiere, onde o até então sábio e discreto intelectual aparecia como autor de panfletos incendiários². Era a imprensa brasileira que nascia, comprometida com o processo revolucionário, no momento em que, de um dia para outro, deixávamos de nos considerar portugueses para nos assumirmos como brasileiros. (2000: 25-26)

Este estado de coisas que impulsionava os que se viam comprometidos com a criação de novas condições de vida em oposição às existentes, acabou por colocar em evidência personagens que, nas condições que lhes eram próximas, contribuíram com suas idéias para a libertação do Brasil e, ao mesmo tempo, davam forma ao que o pensamento marxista chamou de produtos da história, produtos do mercado mundial³. Assim, se a ordem burguesa na Europa havia consolidado as idéias liberais, nas colônias a urgência se expressava em criar os meios para que a liberdade que caracterizava a vida no Velho Mundo pudesse se expandir e fincar raízes. Mas como fazê-lo se o desenvolvimento material no Brasil era pífio, comparado com aquela parte do mundo que caminhava para a automatização?

Entre tantos empenhados em traçar o caminho que deveria ser trilhado, sobressai a figura de Hipólito José da Costa, fundador daquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro. Ele, como tantos outros de seu tempo, também atribuía à imprensa o papel de educadora dos homens e acreditava que a instrução pautada no conhecimento das ciências, naturais e política, lhes permitiria que alcançassem condições mais elevadas de vida, podendo influir de forma mais condizente com as exigências de uma sociedade que se pretendia progressista.

Um povo que se conduz como rebanho de carneiros é sempre incapaz de cousas grandes. Quando os homens raciocinam por si, quando têm a faculdade e a oportunidade de julgar os negócios públicos, adquirem a energia de espírito que os faz aspirara à fama e a fazerem, para a obter, os serviços assinalados [...] Olhe-se, pois, para esta questão em geral, independentemente de considerações individuais, ponderem-se os efeitos e tendências dos escritos deste gênero bons ou maus; os bens e os males, que podem produzir; a necessidade que há de espalhar instrução útil ao Brasil; os inconvenientes, que se seguem da ignorância; as vantagens, que disso tiram as nações estrangeiras, e não temos dúvida que todo o homem, que pensar nisto desapaixonadamente, será de opinião que a admissão e multiplicação de obras periódicas no Brasil será de incalculável vantagem, para o melhoramento da civilização daquele país. (COSTA apud LIMA, 1977: 240-1)

Nesta intenção impôs a si a tarefa de espalhar luzes, contribuindo positivamente com o debate para o qual a época exigia enfrentamento. Na carta de princípios em que marcou o compromisso do jornal com a missão de “... transmitir a uma nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do

... mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade...” (COSTA apud LIMA, 1977:11), define com inequívoca intenção o papel que sua folha, e por assim dizer, a imprensa, deveria despertar nos homens de bem:

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; a cada um deve, segundo suas forças físicas e morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral duma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano. (Id.:11)

O caráter eminentemente educativo que sobressai das letras de Hipólito na visão de Lustosa (2000:29-30) “... seria o de preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava. Os homens que os faziam acreditavam nas virtudes mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade”. Candido (1993:236) referindo-se também a esse aspecto salienta que preocupava a Hipólito “...medidas que, através da instrução, promovessem a elevação do nível mental...”, pois acreditava que sem elas nenhuma nação poderia almejar ser progressista, colocando-se, inclusive, em perigo por não possuir homens realmente capacitados para dirigi-la:

[...] só a prosperidade do povo é quem faz a prosperidade do Governo, que quando se põem obstáculos, e entaves ao progresso, e propagação das ciências, devem ficar tão raros os homens sábios, que quando o Governo precisa deles, de repente, não os acha; e vê-se obrigado ou a lançar mão de um homem instruído, mas sem boa moral; ou de um homem bom, mas estúpido ou ignorante, é quanto menor é o número de gente instruída, menos probabilidade há de que o Estado seja servido por homens virtuosos e sábios. (COSTA apud LIMA, 1977: 237)

A importância do jornal de Hipólito da Costa é consenso entre historiadores da imprensa brasileira e da história do Brasil. *Talvez nunca*, diz Varnhagem, *o Brasil tirou da imprensa mais benefícios do que os que lhe foram oferecidos nessa publicação.* (apud LIMA, 1977: xviii) *Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um império constitucional do que o ilustre redator do Correio Brasiliense*. (Apud RIZZINI, 1988: 348) Para Bahia (1990: 24) “*O Correio associa à natureza de jornal brasileiro o caráter de um veículo de referência internacional.*

Igualmente nisso é pioneiro". Góes de Paula, na coletânea organizada sobre o *Correio*, afirma que:

Em seu conjunto, o jornal é uma obra extraordinária. Poucas vezes se vê uma exposição tão clara dos fatos políticos ocorridos nesses anos fundamentais para a formação da nação brasileira, e, entre os contemporâneos nada a ele se compara (...) Seu autor é, sem dúvida, um esplêndido jornalista que sabia muito bem vencer o tempo e o espaço em busca de informações (...) Mas não é só; o jornal não que apenas informar, mas formar. A despeito da distância, ele quer influir na história de Portugal e do Brasil ... acredita na liberdade e na força libertadora da verdade, e o resultado não é só uma análise extraordinariamente lúcida dos acontecimentos políticos, como também uma impressionante capacidade de previsão. (PAULA, 2001: 17)

O período compreendido entre o primeiro número do *Correio Braziliense* e o de encerramento se caracterizaria como anos decisivos para o estabelecimento da nação brasileira. Muitos, e de toda ordem, foram os acontecimentos que culminariam na proclamação da Independência. A fuga da Família Real e da corte para o Brasil, a abertura dos portos às nações amigas, o estabelecimento das manufaturas têxteis antes proibidas, a instalação da imprensa régia para servir às necessidades de publicação dos decretos reais seriam fatos vistos como estímulos a uma atividade econômica mais organizada e em certa medida menos submissa aos laços mantidos com Portugal.

À Metrópole, por sua vez, interessava a primazia que perdera com liberação dos portos do comércio dos gêneros nacionais remetidos à exportação, bem como do comando da importação e venda dos manufaturados que chegavam ao Brasil. Aguiar observa que à época do bloqueio continental, a Inglaterra

[...] mantinha então, não apenas a liderança industrial, mas também a do fornecimento dos produtos coloniais de seu império; e desejava controlar a redistribuição da produção dos territórios ultramarinos portugueses, parte dela concorrente com a dos seus. Ora, metade das exportações lusas para o exterior era constituída de produtos brasileiros reexportados, e 80% das exportações (em grande parte constituída de mercadorias inglesas) de Portugal para as Colônias, destinava-se ao Brasil. (AGUIAR, 1960: 28)

A manutenção desses privilégios resultou no estabelecimento de conflitos políticos internos que desdobravam setores da elite nacional em dois pólos de interesses. De um lado

arregimentavam-se aqueles sequiosos pela manutenção do Reino Unido, e para o outro confluíam aqueles que reclamavam por uma constituinte expressiva da vontade popular. Durante este embate, insuflado pela política das Cortes em recolonizar o Brasil, constrangido com a humilhação sofrida por deputados brasileiros na Corte de Portugal e enraivecido pelas ameaças de severas retaliações contra o país, comerciais e políticas, Hipólito da Costa rompe de vez com o que chamou de *sistema de moderação*, já que nunca havia se posicionado claramente a favor da independência.

No artigo *Conservação da união entre o Brasil e Portugal* (jan.: 1822) declara, após relutar por muito tempo tocar naqueles pontos (atitudes das cortes para com o Brasil), e esperar que os fatos encontrassem remédios sem que se tivesse que revelar “*verdades de tão extensa influência*”, que era “*...chegado o tempo, e é imperioso que rompamos um silêncio que só fora ditado por nosso sistema de moderação, mas que daqui em diante se tornaria criminoso e com justiça se atribuiria a fatorizar males que desejávamos ansiosamente removidos*”. (COSTA apud PAULA, 2001:329)

A batalha que Hipólito empreenderia através das páginas de seu jornal expressava a luta de seu tempo. Como já se afirmou acima, tratava-se de fazer incorporar as idéias liberais cujo modelo encontrara na Inglaterra na sua forma mais elaborada: “*a liberdade como base da ordem social e política ...*”, estado em que a vida, as liberdades individuais e principalmente o direito a propriedade seriam respeitados e garantidos. Esses princípios, consolidados na Europa civilizada e tidos como pontos basilares para o desenvolvimento soberano de qualquer nação, eram vistos por ele como suporte, senão fundamentos, das reformas políticas necessárias ao estado progressista que sonhava ver instalado no país. E esta sua posição nem poderia ser outra. Educado que fora pela Ilustração portuguesa, desde cedo, conta Bahia (1990:27), abraçara a defesa dos “*princípios liberais e democráticos contra as práticas obscurantistas e despóticas*”, tão bem desempenhadas pelo governo português.

Portugal, à sua época, ainda se ressentia da herança deixada por Pombal. Embora a historiografia faça ressalvas a essa figura, principalmente ao seu lado despótico e voluntarioso, não se pode deixar de admitir que seu governo representou um movimento, diga-se de passagem, progressista, que buscava, antes de tudo, tirar o país da inércia

imposta pelas forças capitalistas mais avançadas, e libertá-lo daquela vida ditada pelo excesso de religiosidade que só lhe consumia as energias. Parecia, até, que o ímpeto renovador característico das conquistas marítimas, quando atracava no cais de Lisboa, convertia-se rapidamente em pensamentos tacanhos, e a propalada grandeza de Portugal só fazia esmorecer diante de uma prática que se satisfazia com a expropriação das riquezas naturais além-mar, confirmando vocação apenas comercial.

O móvel das reformas pombalinas - *“companhias para monopolizar o comércio da região amazônica (...) e nordestina brasileira e (...) uma para os comerciantes de vinhos ingleses na região do Douro”* - (BOXER,1981:183), foi uma tentativa de *“pôr freios nos seus enormes privilégios (ingleses) e na sua preponderância econômica”*. (Id.:183). Para Simonsen (1977:332-3), quando Pombal assumiu *“as pastas do Exterior e da Guerra, ia imprimir ao governo, sob todos os aspectos, o cunho de uma política econômica forte e definida”*. Ao implementar uma política de robustecimento da economia portuguesa, Pombal, se não tinha a intenção de se confrontar diretamente com o poderio inglês, ao menos visava criar condições de prosperidade para Portugal ao impor uma política de benefícios à produção manufatureira e de incentivo e proteção ao comércio.

O período pombalino, na verdade, teve um significado maior que os resultados práticos implementados pelas medidas reformistas. Representou, em outras palavras, o esforço em responder ao movimento histórico inaugurado pela burguesia quando esta rompeu em definitivo com uma forma de produzir restritiva e incapaz de garantir a sobrevivência dos homens. Os desdobramentos dessa luta confirmaram o imobilismo que penetrava no íntimo das classes poderosas, incapazes de negar um tipo de vida posto em decadência por relações mais avançadas, como também a pequenez da burguesia portuguesa.

Em que pese o esforço de Pombal para permitir aos lusitanos a superação das velhas práticas feudais, tem-se que reconhecer que os limites das relações locais impossibilitaram-no de perceber que Portugal, desde os descobrimentos, havia cumprido sua tarefa histórica no interior do processo de constituição das forças burguesas. Abrir as portas do novo mundo aos homens que possuíam já as mínimas condições de transformá-lo no interior de suas oficinas, coadjuvados por braços completamente livres de qualquer espécie de

coerção, fora uma luta demasiadamente custosa e significou para o reino luso ocupar a partir daí papel secundário, mas nem por isso menos significativo, de ser apenas fornecedor daquela riqueza que garantiu a burguesia acumular o *quantun* necessário para que pudesse alimentar as engrenagens do seu desenvolvimento.

As reformas pombalinas na educação, em resposta ao ensino escolástico próprio à educação jesuítica, proporcionaram a modernização dos currículos contribuindo para que se produzisse uma revolução nas idéias até então impregnadas da velha filosofia da Igreja. A expulsão dos jesuítas da direção dos estabelecimentos de ensino permitiu a introdução das ciências modernas destinadas a estimular a produção, enfim, do espírito inovador exigido pela época. Ainda, segundo Boxer, Pombal “*tentou encorajar o crescimento de uma classe média mais instruída tomando medidas entre as quais se contam a criação de uma escola do comércio em Lisboa, no Brasil e em Goa*”. (Ibid.:191)

Nesse sentido, as ações de Pombal confirmam as tentativas feitas em nome da modernização. Talvez não estivesse imbuído sempre de senso histórico, mas quando decretou a libertação dos índios do Maranhão, pois “*acreditava que as dezenas de milhares de indígenas, em trabalho livre, produziriam muito mais do que no regime existente*”, era a aceitação, talvez ainda em gérmen, de que a riqueza que garantiria “*a expansão econômica de Portugal*”, (SIMONSEN,1977:333) não poderia se assentar mais no trabalho obrigatório. O mesmo aconteceu quando rechaçou os velhos ensinamentos, infrutíferos diante das exigências burguesas e os substituiu pelas novas matérias ligadas ao mundo da produção.

Apesar da tentativa reformadora de Pombal, o progresso tardaria a chegar. As transformações perpetradas não tinham historicamente como ganhar volume na quantia necessária para que envolvessem toda a sociedade portuguesa em prol da modernização, exatamente porque não eram frutos do processo de desenvolvimento que tomava parte da Europa, mas apenas a materialização na forma de decretos da vontade de alguns progressistas em dar novo rumo para as relações locais. Alves (1993:86), ao analisar o período das “luzes” em Portugal percebe que:

Portugal tardiamente sentira a influência do Iluminismo. O termo influência, no caso em foco, expressa com rigor a natureza da manifestação lusitana dessa frente

de luta ideológica que a burguesia movia contra as forças feudais. A nação portuguesa não experimentara a transformação da sua base material, E, sem desenvolvimento das forças produtivas, se estrangulava o próprio desenvolvimento da burguesia e de suas manifestações culturais. Uma burguesia débil, vacilante e conciliadora via-se impedida de expressar, na instância superestrutural, suas aspirações mais puras e progressistas.

Quando Hipólito concluiu seus estudos em Coimbra, em 1798, formando-se em leis e filosofia, as idéias liberais vicejavam entre a intelectualidade portuguesa graças à contribuição de Pombal. Diz Alves que:

As idéias dos reformadores ficaram no campo da teoria até a ascensão de Pombal. Eram invectivas de estrangeirados, impregnados, no exterior, das convicções burguesas, expressas por meio de vigorosos movimentos produzidos pelas transformações da Europa mais desenvolvida. Eram anseios de modernização do reino, resultantes da consciência de seu atraso material frente às nações mais avançadas. Na educação, a ocasião para passar da teoria à prática ocorreu com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. (ALVES, 1993: 37)

A reforma da universidade portuguesa promovida nessa ocasião visava a modernização do sistema de ensino. Saía de cena a *Ratio Studiorum* e dava-se ênfase aos métodos de análise e estudos que preconizavam o progresso científico que “*permitiria que os alunos utilizassem a pesquisa para atingir o conhecimento*”. (BARRETO, 1977: 86)

No entanto, ela não foi abrangente. Pombal sonhava com uma universidade liberta da Filosofia e da Teologia e mais afeita aos métodos racionalistas e empíricos da ciência. Tinha em mente criar uma camada de instruídos que aplicassem esses conhecimentos à produção material e contribuíssem efetivamente com o desenvolvimento da indústria, por isso mesmo banuiu de seu interior as disciplinas voltadas para a ‘*ética e filosofia política*’, como forma de “*proibir a circulação de idéias que atingissem o poder absolutista do soberano*”.

A grande contradição verificada na reforma pombalina foi o seu intento de abrir a inteligência portuguesa para as luzes da moderna ciência, sem com isto se dispor a arcar com as conseqüências de tal desígnio. A inteligência é um compartimento que, depois de aberto, se torna difícil de fechar, ou mesmo de reduzir a informações e atitudes pré-determinadas [...] As ciências físicas e experimentais serviriam somente para através de suas descobertas e invenções fortalecer o poder

soberano, a nação. O conhecimento seria um instrumento de afirmação nacional. (Id., 1977: 86)

O desenvolvimento da produção promovido pela constante revolução das ciências naturais acendera os ânimos da intelectualidade portuguesa que, impressionada com o desenvolvimento material das grandes nações, passou a acreditar que o mesmo espírito modernizador que bafejava naqueles países pudesse tomar de assalto a débil economia lusitana. A partir daí, abrigados em incipientes lojas maçônicas, esses homens pensaram constituir uma frente quase inabalável de progresso. Considerados *estrangeirados*⁴, suas idéias não encontraram eco entre os lusitanos, não porque esses conscientemente não quisessem partilhar de pensamentos tão inovadores, mas a base material em que assentavam suas relações era de tal forma elementar que não poderiam jamais encontrar correspondência entre a maneira como viviam e a propugnada por aqueles pensadores.

A História mostra que a burguesia, razão maior dessa luta, ao invés de aderir ao movimento que buscava a transformação realizada em outras nações européias, preferiu conciliar ao invés de se postar ao lado dos defensores de seus interesses. Ao assim fazer, deixou exposto às tramas do Santo Ofício todos aqueles que representavam perigo para a ordem estabelecida. Nesse contexto o pensamento de Hipólito foi urdido. Formado pela lógica da ciência natural e racionalista, contrariou-a ao firmar-se na defesa intransigente da nova ordem pela vertente das questões políticas, em firme oposição ao estado de coisas que Portugal zelosamente procurava manter, principalmente ao combater pelo fim da escravidão apesar de considerá-la “*um ponto sumamente delicado, e de grande dificuldade*”, num momento em que a colônia e a Metrópole viam nela a única fonte produtora da riqueza.

Essa posição de Hipólito vai realçar o aspecto dual do liberalismo brasileiro (do lado oposto José Bonifácio, José da Silva Lisboa, etc) formado no recesso da universidade portuguesa e também reafirmar a influência do liberalismo inglês na constituição de seu pensamento⁵. Barreto assinala que o “*liberalismo brasileiro encontrou sua forma mais elaborada na obra de Hipólito da Costa e Silvestre Pinheiro Ferreira*”. Assevera que:

Ali se lançaram, na verdade, os fundamentos teóricos posteriormente incorporados à cultura política da época. O liberalismo brasileiro identifica-se originariamente

como a forma cabocla do liberalismo anglo-saxão. Nele não encontramos os anseios de democracia e igualdade, existentes no liberalismo de raízes rousseauianas. O liberalismo no Brasil não se confundiu com a liberação de uma ordem absolutista, mas com a necessidade de reordenação do poder nacional. (Id., 1977: 110).

A reforma das instituições políticas que defendia não incluía a participação popular na condução do estado, posição comum ao pensamento liberal francês que requisitava o povo no exercício do poder. Na sua visão, “*governo popular não deveria ser identificado com o governo democrático*”:

Não quero pois entender, de forma alguma, por governo popular a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante, porque isso é o que constitui verdadeiramente a anarquia, e nesta se deve cair necessariamente todas às vezes em que o vigor e o entusiasmo do povo excedam a energia e o talento dos que governam [...] Ninguém deseja, mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más conseqüências desse modo de reformar. Desejamos as reformas feitas pelo Governo e exigimos que as deve fazer enquanto é tempo para que se evite serem feitas pelo povo. (COSTA apud BARRETO, 1977: 110)

Propugnar por reformas políticas passou a ser razão de vida do *Correio Braziliense*. Hipólito acreditava que as melhorias materiais de que tanto carecia Portugal e suas colônias, em especial o Brasil, se assentavam nas profundas alterações que a monarquia deveria fazer no regime absolutista de governo. Sugeriu que adotassem a forma representativa, cuja natureza pressupunha limites ao poder do soberano e onde cada província teria seus representantes, nem sempre saídos da nobreza nem escolhidos diretamente pelo rei, mas eleitos de acordo com a vontade popular.

Na verdade, Hipólito envidava esforços para alçar a classe mais avançada ao posto que ela conquistara a duras penas. Significava concluir, no Brasil, aquilo que a história insistentemente apontava na Europa. Em síntese, defendia o aburguesamento do Estado monárquico conforme ocorrera na Inglaterra. Para isso salientava que *el-rei* teria muito mais a ganhar se apoiasse com vigor a instalação de um sistema constitucional, principalmente porque garantiria a continuidade de sua soberania ao afastar o perigo das revoluções que rondavam com insistência a América Espanhola.

Defensor da monarquia constitucional, Hipólito não via a possibilidade de se ter instaurado um outro regime, principalmente se viesse calcado no modelo de representação popular característico da burguesia francesa. Por outro lado, os alertas que incansavelmente dirigia ao soberano português revelavam o temor do povo vir a tomar o poder tal qual se passara na França, instaurando a anarquia e o destempero na condução política do país.

Estas questões aparecem esmiuçadas no artigo sobre a Revolução do Porto escrito em setembro de 1820, cujo objetivo era confrontar os interesses da aristocracia para com os do soberano, além de mostrar as conseqüências que poderiam sobrevir da falta de discernimento real sobre quem deveria apoiar se estivesse firmemente convicto da necessidade de manter Brasil e Portugal unidos:

No tempo antigo ninguém tinha idéia de outro governo que não fosse o absoluto; hoje em dia até os rapazes falam em constituições políticas. Nestes termos, como pode manter-se um governo cujas máximas de administração são partes de um sistema todo oposto às idéias de seus súditos? Como pode achar cooperação ou concordância nos espíritos imbuídos de sentimentos diversos e cercados de exemplos tendentes a inspirar esses sentimentos? Independente dos sucessos de Portugal, o Brasil está cercado por uma tremenda revolução na América Espanhola; sejam ou não fantásticas essas idéias, estejam ou não os povos do Brasil preparados para terem formas constitucionais, esse prurido deve obrar; e quanto menos preparados estiverem os povos, mais perigosos serão seus desejos...(COSTA apud PAULA, 2001: 154)

As idéias revolucionárias, movidas em muito pela novidade da Revolução Francesa, encontraram espaço propício para proliferar nas colônias além-mar. O desejo dos povos pela libertação remontava aos interesses das dominâncias locais em tratar pessoalmente dos cabedais econômicos que cada colônia tinha a defender. Essa questão, a partir da metade do século XVII, foi-se tornando cada vez mais complexa para o Brasil, principalmente com a proibição das manufaturas têxteis. Sustenta Aguiar que *“lentamente organizava-se nos sertões brasileiros uma positiva concorrência “a manufatura estrangeira”*. (AGUIAR, 1960: 25) Pereira se refere a esse florescimento como o *“ciclo das manufaturas”*, abortado pela medida de 26 de janeiro de 1785 que fazia criminosa essa atividade em terra brasileira e impedia o desenvolvimento dado de forma mais autônoma em relação aos países dominantes:

O artesanato têxtil, assim entrosado na vida das fazendas, atendendo à necessidade doméstica, e já se orientando no sentido de uma linha comercial, tendia naturalmente a tornar-se autônomo, perdendo as características de mera indústria-caseira para afigurar-se com as particularidades da pequena-indústria, e assim se consolidando na segunda metade do século XVIII. Quando se esboçava no Brasil uma fase econômica que, se não fosse prematuramente sufocada, chamar-se-ia, por certo o ciclo das manufaturas. (PEREIRA apud AGUIAR, 1960: 25)⁶

A defesa dos interesses da classe dominante brasileira era o móvel que inspirava Hipólito. Afastada das decisões políticas e sem ocupar cargos proeminentes, amiúde se via desprezada em prol dos negócios portugueses que mantinham os brasileiros completamente afastados de qualquer tipo de atividade que antes não se submetesse ao privilégio conquistados pelos reinós desde épocas passadas. Esse estado de coisas no âmbito da política comprometia em muito o desenvolvimento do país. Se o governo de Sua Majestade não tomasse rápida providência para dirimir o alcance das medidas impopulares tomadas pela Cortes, alertava não restar outra alternativa senão a revolução que conduziria o Brasil a “*ser governado pela opinião, e acedendo à vontade dos povos*”.

Durante quase todo o período da metódica publicação do *Correio*, percebe-se o esforço de seu autor em defender a união entre os dois países, demonstrando incansavelmente que o único a perder caso esse acontecimento se realizasse seria a Metrópole:

[...] corre Portugal o risco de fazer uma separação total ou parcial do Brasil, ficando então uma potência tão acanhada que mal poderá figurar no mundo com mais graduação do que a província de Andaluzia, e nesse estado de abatimento fácil presa será da Espanha, quando terá um fim que decerto não merece o nome português, e até a linguagem portuguesa na Europa será extinta. (COSTA apud PAULA, 2001:81)

Um dos argumentos usados pelas Cortes para negar ao Brasil o regime representativo era a de que o povo não possuía instrução necessária para obedecer ao teor da carta magna, nem homens suficientemente preparados nas letras para comandarem um país tão vasto. Hipólito contra argumenta, apesar de um dia ter partilhado da mesma opinião, afirmando que os acontecimentos que se sucederam no Brasil desde as primeiras inquietações proporcionadas pelas atitudes das Cortes mostraram com suficiente clareza a

maturidade dos brasileiros. Tanto estavam preparados que no momento oportuno rejeitaram com firmeza as pretensões da corte de recolonizar o país proclamando sua independência:

Se os povos do Brasil sinceramente desejarem ter um governo constitucional e uma razoável liberdade, não precisam mais do que obrar de boa-fé [...] Quanto aos costumes e atraso nos conhecimentos, a desenvolvimento que se tem feito no Brasil durante o ano passado, os escritos que ali têm aparecido, e a energia que têm mostrado as províncias são prova de que o Brasil não se acha tão atrasado em conhecimentos positivos como se supunha [...] Em uma palavra; o Brasil pode e quer ser independente; sua independência está declarada e é já de fato uma nação livre e soberana... e isto não por um começo ilegal, contra a autoridade do soberano e governo existente, como sucedeu em Portugal, mas com uma legalidade inaudita na história das nações (Id.,2001: 538- 40).

O segundo ponto se refere às propostas envidadas em prol do desenvolvimento econômico e social, as quais se achavam vinculadas diretamente à forma como a Metrópole conduzia a política na e para a colônia. Reformar o Estado e o sistema de governo que o representava, eram condições essenciais para que as leis do progresso encontrassem meios para se instalar no país. A essa visível impossibilidade conjecturava que “*O plano das nações européias, que tinham colônias na América, foi sempre tê-las em tal estado de sujeição, que delas tirassem o maior proveito possível...*” e perguntava:

[...] se europeus educados com tais idéias, fortalecidos nelas pelo interesse de terem os seus bens na antiga metrópole, e dispostos a conservá-los por mil prejuízos da mesma tendência são os homens próprios para ir governar e cuidar dos interesses políticos dessas colônias, tornadas nações, independentes das metrópoles?(COSTA apud LIMA, 1977: 250)

A adoção de práticas econômicas mais avançadas- embora o estado político não pudesse contribuir prontamente para isso-, similares àquelas que presenciava na Europa, levou Hipólito a elaborar propostas arrojadas para a eventual entrada de práticas mais progressistas, entre elas, a substituição do trabalho escravo pelo livre.

Mas a aplicação destas exigia certa autonomia que o país nunca gozara. Condenava o fato do Brasil não ter podido, antes da vinda da corte, “*... negociar com mais ninguém do que com Portugal; os brasilienses deviam trabalhar, para que os portugueses se aproveitassem exclusivamente do fruto da sua indústria*”. (Id.,1977:245) Os resultados

dessa política imposta no puro resguardo dos interesses lusitanos conduziu a quase inexistente indústria interna e o comércio a um precário estado. Reclamava Hipólito que:

O monopólio comercial... mui opressor ao Brasil, foi, em nossa opinião, grande causa dos males de que se queixa agora Portugal. O habitante do Brasil não podia vender seus produtos senão a Portugal: não podia obter os produtos de nação alguma, senão por via de Portugal; mais ainda, proibia-se ao Brasil que tivesse fábricas, e se obrigavam seus habitantes a usar das manufaturas estrangeiras, que fossem por via de Portugal [...] assim este monopólio e seus ganhos atraíram todos os esforços dos indivíduos, ficando em completo descuido os ramos até os mais essenciais da indústria interna. (Id.: 255-6)

A tarefa assumida pelos primeiros brasileiros comprometidos com a formação de uma idéia de nação, não se afigurava fácil. A situação política e a insuficiente produção econômica, dada não só pela agricultura e extrativismo, se constituíam em enormes desafios que somente poderiam ser vencidos se procedessem a reformas profundas em todos os âmbitos da vida nacional.

Neste particular as idéias postuladas no *Correio* sobre escravidão ganham vida. Na melhor tradição do liberalismo anglo-saxão expressivo do começo do século XIX, condenou o trabalho escravo por se constituir num entrave ao livre desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao progresso social e econômico. Esta visão, movida principalmente pelos interesses expansionistas do capital inglês, fez com que Hipólito construísse um repositório de idéias que serviriam tanto para justificar a necessidade do fim gradual da escravidão como para apresentar alternativas ao processo de trabalho.

Assim, alertava que o tratado do Comércio entre o Brasil e a Inglaterra firmado nos dois primeiros decênios do século XIX comprometeria “*seguramente grande parte do comércio externo do país*” e viria a exigir uma demanda maior do esforço produtivo de seus habitantes. Para fazer frente à evidência de empobrecimento por parte dos naturais, concordava com a extinção lenta da escravatura, medida que atenuaria as conseqüências mais imediatas da proibição do tráfico: aumento do preço dos escravos, carestia de mão de obra e aumento no valor dos produtos. Para este mal só havia um remédio, ou *dois métodos*:

Um é a introdução das máquinas, em todos os trabalhos aonde elas podem suprir o emprego dos homens; outro é a imigração de gente daquelas partes da Europa, aonde a população tem pouco emprego. A Inglaterra, a França e os estados Unidos abundam em Engenheiros-Civis e maquinistas; eis aqui, pois, uma classe de gente, que se faz sumamente importante no Brasil; e que deve servir para fomentar o primeiro método, que temos proposto; assim como também a introdução das novas invenções de arados e outros instrumentos de agricultura, que diminuem o uso da enxada, tão comum no Brasil, pelo mau uso do sistema de roças, e em que se empregam mais braços do que seria necessário, adotando-se os instrumentos de agricultura, que diariamente se estão inventando na Europa. (Ibid., 1977: 133-4)

Ao requisitar a introdução dos inventos para substituir o trabalho braçal seu pensamento expressou a compreensão de que a riqueza, naquele começo de século, não poderia mais ser produto do esforço de milhares de braços, nem da infinita repetição dos movimentos. O engenho humano paulatinamente era substituído pela mecânico, infinitamente superior em tempo, velocidade e capacidade produtiva. Nem tampouco as técnicas de produção deveriam continuar as mesmas dos tempos passados. A riqueza exigia a aplicação continuada das ciências e, se o Brasil, por razões sumamente conhecidas não se encontrava apto para tê-las desenvolvidas e aplicadas, restava-lhe o concurso de permitir a inclusão em seu território daqueles homens possuidores dos conhecimentos necessários ao progresso material, enfim, reafirma a idéia de que o progresso só se efetivaria com o concurso dos estrangeiros em razão da ignorância dos brasileiros sobre os métodos científicos de produção.

Comentando as determinações da Inglaterra para a extinção do tráfico negreiro, Hipólito confirma um dos postulados do liberalismo inglês: o direito à liberdade era um direito natural e se não observado por um povo a prosperidade que pretendessem adquirir seria de antemão sacrificada:

A escravidão dos negros de África continuada por toda a vida e passada a toda a descendência, é tão contrária aos princípios de direito natural e da constituição moral do homem; que é impossível que prospere como deve um país em que a escravidão se admite na extensão que existe no Brasil; a sua repentina extinção seria pernicioso, logo não poderia dar-se-lhe melhor remédio do que a sua gradual abolição, simultânea com a imigração de habitantes do norte da Europa. (COSTA apud LIMA, 1977: 69-70)

Via na imigração enorme vantagem para a riqueza do país. O estabelecimento de colônias habitadas por uma variedade de nacionalidades- *agricultor alemão, escocês, italiano, irlandês, húngaro, holandês*- cada qual produzindo à maneira de seus países, com as técnicas e materiais próprios, produziriam melhoramentos tais, que logo seriam imitados pelos habitantes naturais do país. Nesse ponto se encontra uma particularidade importante de seu pensamento- a admissão do ensino mútuo, que se daria através do convívio entre seres tão díspares culturalmente:

[...] cada um edificaria a sua casa à maneira de sua pátria e cultivaria a terra da maneira e com a semente que mais se usasse em seu país; assim no fim de dois ou três anos a combinação de todos estes diferentes experimentos mostraria a toda a colônia qual era o método mais vantajoso ao clima e ao terreno. E todos seriam, por assim dizer, mestres uns dos outros, e o que fosse mais bem sucedido, esse seria o mais imitado por seu vizinho. (Ibid., 1977: 70)

Os benefícios a serem colhidos com o favorecimento da imigração logo seriam sentidos na agricultura, dizia; *“a imigração de agricultores instruídos de diferentes partes da Europa que soubessem escolher os terrenos para as diversas plantas e as plantas que convém aos terrenos de várias qualidades”*, na indústria com a introdução de fábricas, pois se não tinham os obstáculos que encontrara facilmente em Portugal: *“o defeito das águas, a falta de lenhas”* e, indiretamente, permitiria até *“o melhoramento físico da espécie, pelos casamentos de pessoas de diferentes países e constituições”*. Em suma, os procedimentos necessários à introdução dos melhoramentos pressupunham no seu entendimento o consórcio de braços estrangeiros, pois a insuficiência notada em todos os domínios da vida nacional era fruto, em grande medida, do despovoamento causado pela grandeza territorial:

É manifesto que a extensão de território no Brasil é tão vasta que nem ainda somente as costas do mar e margens dos rios principais se podem povoar sem recursos extraordinários; logo este favorecimento da imigração é necessário para diminuir a fraqueza relativa daquele Império, porque consistindo o poder das nações em o número de sua população, dividido pela extensão de seu território, fica evidente quão fraco deve ser o Brasil no seu estado atual. (Ibid., 1977: 69)

A substituição, ainda que gradual de braços escravos pelos livres, teria que ser plenamente justificável e de tal forma estruturada que tivesse o poder de influenciar os que

desejavam sua continuidade. Para isso seria preciso sempre demonstrar as conseqüências funestas da escravidão sobre o espírito dos povos e também os melhoramentos que adviriam da introdução sistemática dos imigrantes junto aos vários ramos da produção. Quanto à escravidão alegava ser “...um mal para o indivíduo, que a sofre e para o Estado aonde ela se admite”. Tinha clareza a respeito da resistência que encontraria por parte daqueles que dela se beneficiavam e argumentava que, se todas as partes do mundo que um dia adotaram essa forma de trabalho já sobreviviam sem ela, havia “... chegado o tempo, em que esta questão da abolição deve ser decidida afinal”. Finalmente Hipólito abandonava a cautela que adotara por longo tempo ao se dirigir a este problema:

Quando pois falamos a favor desta abolição, contamos de ter contra nós toda a massa da população do Brasil. Porém, se em nossos escritos nunca tememos encontrar-nos com o poder do Governo, menos deveríamos hesitar em combater o prejuízo do povo; na certeza de que, quem se opõe a algum abuso de sua nação faz-se odioso, porém está certo que as idades imparciais sempre lhe farão justiça. Leiam os Brasileiros as obras de todos os filósofos modernos, e verão que de unânime consentimento atacam o abuso da escravidão, e demonstram a sua injustiça; mas não é deste ponto, que propomos tratar; falaremos somente do interesse (grifo nosso); que é matéria mais inteligível ... (Ibid., 1977:132)

A quais interesses se referia? Em seus escritos fica evidente a incansável defesa do desenvolvimento e do progresso porque essa era a sua referência. As condições existentes na Inglaterra, rica e poderosa senhora dos mares e dos negócios, só poderiam despertar o desejo de equiparar uma nação longínqua, rica e poderosa em riquezas naturais, ao mesmo grau de desenvolvimento industrial por aquela conquistado. A essa época a produção burguesa já dava os primeiros sinais da crise que transformaria parte da Europa em campo propício para as comoções sociais. A produção, acelerada na passagem da manufatura para a automatização, dispensava consideráveis levas de trabalhadores. Eram esses que Hipólito pensava transformar em imigrantes, tal qual já acontecia nos Estados Unidos que acolhia irlandeses pobres e franceses fugitivos das perseguições políticas:

A falta de emprego na Inglaterra é tal, que somente no condado de Staffordshire, nos dois meses passados, se despediram das minas e fundições de ferro, mais de três mil trabalhadores; porque os donos das fábricas não tinham emprego que lhes dar [...] assim não vemos nenhuma dificuldade em se poderem transplantar da Europa para o Brasil colônias inteiras de gente útil, grande parte já civilizada, e entre elas artistas de grande proveito ao país, que os receber. (Ibid., 1977:134)

Mas, para ele, somente a percepção da necessidade de abrir o país à emigração não bastava. Seria preciso que o governo adotasse medidas sérias para garantir a integridade total dos que aqui viessem e *“lhes assegurasse a liberdade de suas pessoas e o gozo imperturbável de suas propriedades; não com meras promessas em papel; mas por leis fixas e invariáveis, cuja observância fosse demonstrada com fatos”*. (Ibid., 1977:89) Desta maneira um dos obstáculos aos *“progressos de melhoramentos do Brasil”* seria contornado.

Ao postular que a *“liberdade do cidadão é o primeiro bem; e protegê-la dever do qualquer Governo”*, Hipólito aplicava ao debate os princípios liberais perfeitamente respeitados na Inglaterra e que deram a essa nação o sustentáculo teórico necessário ao processo transformador inaugurado com a lenta dissolução das relações feudais. Este ponto, certamente o autor do *Correio* deixou ou não pode perceber. Os princípios pelos quais tenazmente combateu nasceram de condições históricas específicas e se transformaram junto ao mesmo processo que fez da ciência moderna a “mãe de todas ciências” e jamais poderiam ser aplicados ao sabor da pena de algum jurista ou soberano empenhado em resguardar direitos elementares ao ter em vista criar condições para a plenitude das leis do progresso.

Portanto, quando a burguesia precisou utilizar a escravidão nas colônias carentes de braços como meio para efetivar sua expansão, os princípios de liberdade saudados na Europa e necessários para estabelecimento e consolidação da liberdade do homem dentro dos moldes capitalistas, ou seja, a garantia da preservação da vida e das posses num primeiro momento, e da propriedade material (individual) num segundo, teve que se empenhar na busca de uma justificativa racional para a questão, passando, como fala Barreto (1977:71), de uma explicação que abandonava o *“terreno da ética”* para *“ser defendida em virtude de razões sociais e políticas”*. No Brasil o ser escravo, diz Barreto (1977:74) em nome mesmo das necessidades históricas, se justificou *“como fruto e conseqüência da vontade divina. Essa posição é observada dentro de impecável construção lógica, na obra de Azeredo Coutinho”*.

É inegável o valor do debate realizado por Hipólito da Costa através do *Correio Braziliense* realizado num período político extremamente agitado, e que, pela natureza dos embates e sobremaneira das condições históricas, resultou em amarga perda para Portugal. Nos quatorze anos que se dedicou a alertar o governo português sobre a conveniência das reformas políticas como meios de manter a união entre os dois países, talvez o mais admirável feito educativo realizado pelas letras de seu jornal foi ter conquistado, juntamente com José Bonifácio, o apoio do príncipe regente para a causa do Brasil, como Lima Sobrinho sugere, e ter instruído a elite nacional acerca das condições possíveis para a criação da nação brasileira. Paula (2001:28) define com presteza a missão que através do *Correio* acabaria desempenhando nesse processo:

Na maior parte da existência do jornal, de 1808 a 1820, o ritmo dos acontecimentos políticos favoreceu sua vocação pedagógica. É quando se dá ao luxo de passar cinco anos traduzindo e publicando, capítulo a capítulo, a obra de Sismondi...; é quando apresenta consistentemente, mês após mês, ano após ano, as taxas cambiais, as cotações do tabaco, do açúcar e dos principais produtos de exportação brasileiros; é quando se dedica, sem a pressão do imediato, à tarefa de instruir, iluminar, formar brasileiros e brasilienses.

O papel cumprido pelo *Correio Braziliense* deve ser tomado como profundamente educativo, assim como boa parte da imprensa no século XIX o fez. As palavras utilizadas para levar aos homens daquele tempo as idéias necessárias para que participassem da luta pela construção da idéia de nação e depois do seu estabelecimento, ganham significado maior quando se tem em consideração o estado de coisas no Brasil da época. O acesso às letras se restringia à camada dominante, a participação na vida política também se constituía privilégio desses, em suma, aos nascidos brasilienses pouco restava senão viver vida paralela à daqueles que seus esforços e empenho produtivo sustentavam.

Se, por longo tempo, Hipólito se bateu pela continuidade dos laços entre Brasil e Portugal, no mesmo tamanho de importância e direitos iguais, era porque entendia que daí sairia o fortalecimento para a construção de um grande império. Logo os acontecimentos lhe mostraram estar enganado. Corrigido o erro, sua luta foi direcionada em fundamentar seu país quanto ao único caminho a ser tomado.

Desta forma pode-se afirmar que instruir, com respaldo das teorias de seu tempo, sobre os rumos necessários à entrada da velha colônia ao reino da civilização, não foi outra coisa senão confirmar tarefa pedagógica de mais alta significância realizada por Hipólito da Costa. O *Correio Braziliense* fica inscrito na história nacional como a obra de um defensor do pensamento mais avançado, mesmo que se detecte em seu interior limites postos em razão dos acontecimentos históricos que presenciava e da vontade de neles influir diretamente. Entretanto, essa pretensão não desmerece nem sua pessoa nem sua participação por meio das letras no destino que o Brasil impôs a si ao conquistar a liberdade e se constituir como nação.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- AGUIAR, Pinto de. *A Abertura dos Portos do Brasil: Cairú e os Ingleses*. Salvador: Livraria Progresso, 1960. (Coleção de Estudos Brasileiros- Série Marajoara, n.º 30)
- ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1830)*. Itatiaia, SP: Humanidades, 1993.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARRETO, Vicente. *Ideologia e política no pensamento de José de Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1836)*. 7. ed., Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. (Coleção Reconquista do Brasil- 2.ª série)
- COSTA, Hipólito José da, 1774-1823. Org. e introd. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil)
- LIMA Sobrinho, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra: INL-MEC, 1977.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos.: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix: Editora da USP, v. II, 1977-78.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 5. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal, e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix: Brasília: INL-MEC, 1978. (Coleção Tempo e Memória)

SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 7. ed. São Paulo: Nacional: Brasília: INL, 1977. (Brasiliana, v. 10)

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Manifesto Político e Exposição de Princípios*. Brasília: Editora da UnB, 1978.

¹ A gazeta baiana *Idade d'Ouro do Brasil*, fundada em 1811 pelo comerciante Manuel Antônio da Silva Serva, ao responder aos leitores sobre a ausência da reprodução dos papéis públicos (alvarás, decretos, etc), enfatiza que estavam os redatores “muitos convencidos de que é melhor tratar das cousas do Brasil, que das estrangeiras, e protestamos ocupar a pena com preferência sobre o que diz respeito ao comércio, e lavouras, e às fábricas; mas é preciso que estes ramos nos subministrem assuntos; e então faremos o mesmo que já fizemos quando se introduziu a cana de Caiena, e a máquina a vapor. Tem por ventura havido alguma cousa de mais na lavoura desta Capitania?”. (Apud SILVA, 1978: 32)

² José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairú, no dizer de Lustosa “talvez a personalidade mais acatada do ponto de vista intelectual do Brasil daquele tempo— o Rui Barbosa do começo do século XIX-, estrearia, a partir de 1821, uma carreira de aguerrido panfletário. É atribuído a ele o “Despertador brasileiro”, documento que teve papel fundamental na decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil, desobedecendo às cortes”. (LUSTOSA, op. cit. : 25)

³ Ver *Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels.

⁴ Barreto esclarece que os estrangeirados eram os “...herdeiros intelectuais da tradição de Pedro da Fonseca e Francisco Sanches. Durante o século XVII e XVIII esses homens chamados de ‘estrangeirados’ em virtude de sua preocupação constante pelas idéias discutidas fora de Portugal, mantiveram, ainda que contra a cultura oficial, a consciência crítica. ‘Os estrangeiros’ incluíam fidalgos e membros da alta burguesia, que se beneficiaram da exploração do ouro e diamantes do Brasil, podendo usufruir de contatos permanentes com os centros culturais europeus”. BARRETO, Vicente. *Ideologia e Política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro:Zahar, 1977, p. 82.

⁵ Encontra-se em fase de elaboração estudo que pretende estabelecer as diferenças entre o liberalismo de Hipólito da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva, bem como os pontos em que os dois pensamentos convergem.

⁶ PEREIRA Carlos José da Costa. *Artesanato e Arte Popular*. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 46
In: **A abertura dos portos do Brasil**. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1960.